JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.04.25 05:40:15 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 25 de abril de 2023 • Nº 1546 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

AEROPORTOS

Concessionárias querem renegociar R$ 5 bi

As concessionárias que administram seis dos aeroportos mais movimentados do país querem porque querem renegociar cerca de R$ 5 bilhões em outorgas vincendas com descontos de até 10%, pagando o restante com precatórios. A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) já disse não, mas, segundo técnicos, ao menos três delas — Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Confins (MG)— ainda insistem. Precatórios são títulos de dívidas da União com sentenças definitivas da Justiça que são pagos pelo Tesouro, respeitando uma fila. No mercado, é comum uma empresa comprar ou vender esses papéis com descontos, que podem chegar a 30%. Essas negociações ganharam força porque, no fim de 2021, uma emenda constitucional sancionada pelo Congresso permitiu o uso desses títulos em pagamento de compromissos de concessões. PÁGINA 2

ACIMA DE 18 ANOS

Governo libera vacina bivalente contra Covid

O Ministério da Saúde ampliou a vacinação com a dose de reforço bivalente contra a Covid-19 para toda a população acima de 18 anos. O anúncio foi feito na tarde desta segunda-feira. De acordo com a pasta, cerca de 97 milhões de brasileiros podem procurar as unidades de saúde. Cada estado deve definir como será o esquema de vacinação. Deve tomar a imunização quem já recebeu, pelo menos, duas doses de vacinas monovalentes (Coronavac, Astrazeneca ou Pfizer), respeitando um intervalo de quatro meses da última dose. "Precisamos retomar a confiança da população nas vacinas", afirmou a ministra da Saúde, Nísia Trindade. Para tentar incentivar as pessoas a tomarem a vacina, no início do mês, o ministério já havia liberado a aplicação da bivalente para quem tinha a partir de 12 anos com comorbidades, e retirou a exigência de comprovação médica --bastava a autodeclaração. De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, até a última terça-feira, nem metade do então público-alvo tinha recebido a bivalente da capital paulista - 47,6% dos que já poderiam ir aos postos tomaram o reforço. A vacina, que contém uma mistura da cepa original do vírus de Wuhan, na China, e as variantes da Ômicron BA.4 e BA.5, oferece maior proteção contra a Ômicron e as linhagens em circulação do vírus da Covid. Em estudos clínicos em todo o mundo, a vacina se mostrou segura e eficaz.

NOVO ARCABOUÇO

Haddad: nenhum país pune quem não cumpre meta fiscal

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), afirmou ontem que nenhum país criminaliza as autoridades por descumprimento da meta fiscal, em defesa de dispositivo proposto no novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos. O titular da pasta econômica também ponderou que o contingenciamento de recursos –mecanismo usado atualmente com objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário– se mostrou ineficaz para a gestão das contas públicas. "Não conheço nenhum país que criminalize. Mas (tem) de ter uma regra robusta, somos os primeiros que estamos propondo uma regra clara. De que adianta você fazer uma regra dura, tipo o teto de gastos, e depois ficar aprovando emenda constitucional furando o teto? É um faz de conta. PÁGINA 2

SÃO PAULO

GWM anuncia produção de veículos de carga

Para entrar no jogo das rivais Toyota e Brascel, a montadora chinesa GWM anuncia, hoje a produção de veículos de carga movidos a hidrogênio. O evento ocorre na presença do governador Tarcísio de Freitas, que tenta atrair investimentos para o estado. Não serão investidos recursos públicos na linha de produção da montadora chinesa, mas, a partir de agora, ela desfrutará de restituições de ICMS nos veículos que forem exportados a partir de São Paulo. A Toyota, por exemplo, já possui mais de R$ 1 bilhão em créditos de ICMS. PÁGINA 2

GOLPISTA

Torres alega doença e PF adia depoimento

PÁGINA 3

REDES SOCIAIS

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Câmara pode votar urgência do PL das fake news nesta quarta-feira

A Câmara dos Deputados pode votar amanhã a urgência e o mérito do projeto que trata do combate às fake news e regulamenta as redes sociais. O texto, que tramita desde 2020, está em negociação com o relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) (**foto**). Ele trata, por exemplo, de responsabilização, transparência, monetização e impulsionamento de conteúdo. Na prática, a proposta fala em moderação. O projeto estabelece o que é uma conta identificada ou uma inautêntica, rede de distribuição artificial ou uma conta automatizada. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,4% / 103.946,58 / -420,24 / Volume: R$ 19.774.036.959 / Negócios: 3.115.169

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	16.11	+4.61	+0.71
RAIZEN PN N2	3.230	+3.86	+0.120
YDUQS PART ON NM	7.86	+3.01	+0.23
SAO MARTINHOON NM	28.61	+3.14	+0.87
PETRORIO ON NM	35.03	+3.03	+1.03

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CSNMINERACAOON N2	4.410	–5.36	–0.250
BRASKEM PNA N1	18.51	–4.34	–0.84
BRADESPAR PN N1	24.50	–4.18	–1.07
VALE ON NM	71.96	–3.62	–2.70
MINERVA ON ED NM	8.56	–3.93	–0.35

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	71.96	–3.62	–2.70
PETROBRAS PN N2	27.20	+1.91	+0.51
ELETROBRAS ON N1	34.38	+1.84	+0.62
ITAUUNIBANCOPN N1	25.37	–0.90	–0.23
AMBEV S/A ON	14.34	–1.78	–0.26

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.875,4	+0,20
NASDAQ Composite	12.037,203	-0,29
Euro STOXX 50	4.400,2	-0,07
CAC 40	7.573,86	-0,04
FTSE 100	7.912,2	-0,02
DAX 30	15.863,95	-0,11

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,71% (mar.)	Compra: 5,6187	Venda: 5,7987
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,71	até o dia 24/abr.	Compra: 5,0589	Venda: 5,0595
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(25/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 316,00	Compra: 5,0403	Venda: 5,0409
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(04/2023)	0,0821%	Compra: 5,5663	Venda: 5,5669	Compra: 5,0559	Venda: 5,2359

Economia

MERCADOS

Bolsa fecha em baixa prejudicada por Vale e siderúrgicas; dólar cai

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em baixa ontem, prejudicada principalmente pelas ações da Vale e das siderúrgicas. As empresas reagiram à queda do minério de ferro, e ao noticiário sobre os temores de uma nova onda de Covid-19 no país asiático. No câmbio, o dólar seguiu, em relação ao real, a tendência de desvalorização vista em todo o mundo.

O Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou o dia em baixa de 0,4%, a 103.946 pontos. O dólar comercial à vista fechou com queda de 0,37%, a R$ 5,04.

Nos mercados futuros, os juros também apresentaram queda. Nos contratos para janeiro de 2025, as taxas recuaram de 11,97% do fechamento da última quinta-feira para 11,87%. No vencimento em janeiro de 2027, os juros passaram de 11,94% para 11,83%. Em janeiro de 2029, a taxa recuou de 12,32% para 12,23%.

As ações ordinárias da Vale fecharam com baixa de 3,73%. Outras ações do setor também recuaram. Destaque para a ordinária da CSN Mineração, com queda de 5,15%. A ordinária da CSN recuou 3,37%, e a preferencial da Gerdau fechou em queda de 3,01%. A preferencial classe A da Usiminas caía menos, 0,83%, já que a empresa apresentou números melhores que o esperado no primeiro trimestre.

A Petrobras seguiu caminho oposto, e evitou um desempenho pior do Ibovespa. As ações ordinárias subiram 1,54%, e as preferenciais avançaram quase 2%. O petróleo subiu mais de 1% ontem.

Em Nova York, os índices Dow Jones e S&P 500 fecharam com altas de 0,20% e 0,09%, respectivamente. O Nasdaq caiu 0,29%. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante outras moedas globais, tinha queda de 0,45% às 17h45 (horário de Brasília).

NOVO ARCABOUÇO

Haddad: descumprir meta não é crime em nenhum país

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que nenhum país criminaliza as autoridades por descumprimento da meta fiscal, em defesa de dispositivo proposto no novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos.

O titular da pasta econômica também ponderou que o contingenciamento de recursos – mecanismo usado atualmente com objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário– se mostrou ineficaz para a gestão das contas públicas.

"Não conheço nenhum país que criminalize. Mas (tem) de ter uma regra robusta, somos os primeiros que estamos propondo uma regra clara. De que adianta você fazer uma regra dura, tipo o teto de gastos, e depois ficar aprovando emenda constitucional furando o teto? É um faz de conta. É melhor ter uma regra correta, uma regra sustentável, uma regra cobrável pela sociedade", afirmou.

Haddad, contudo, afirmou que o Congresso Nacional tem sua autonomia e que manter a punição não faria grande diferença.

Segundo a proposta entregue pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional na última terça-feira, o descumprimento da meta de resultado das contas públicas não vai configurar infração da lei.

O texto prevê apenas que o presidente da República forneça explicações ao Congresso caso o objetivo não seja cumprido, detalhando também quais medidas serão adotadas para correção do desvio.

A lógica é semelhante ao dispositivo do atual regime de metas de inflação, no qual o Banco Central não é responsabilizado caso não atinja o alvo determinado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), mas o presidente da autoridade monetária precisa redigir uma carta endereçada ao ministro da Fazenda se justificando pelo ocorrido.

No novo arcabouço fiscal, o governo também decidiu flexibilizar a necessidade de bloquear recursos durante o ano para cumprir a meta de superávit fiscal, de forma que a limitação de recursos passe a ser opcional.

Hoje, a legislação determina que o governo precisa elaborar relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas prevendo se os números estão compatíveis com o objetivo a ser perseguido no ano. Caso os dados mostrem uma potencial frustração, os valores devem ser contingenciados.

Para Haddad, o bloqueio bimestral de recursos não é o modelo mais adequado para a gestão orçamentária. No texto do marco fiscal, o governo propõe a mudança da periodicidade de verificação dos números, com o relatório de avaliação de receitas e despesas passando a ser trimestral (ao fim dos meses de março, junho e setembro).

"Bloqueio preventivo a cada dois meses funciona mal, melhor ter um fluxo contínuo que você vai monitorando as despesas do que ter um garrote que é outro faz de conta, você acaba prejudicando a boa gestão dos recursos públicos ao invés de fazer uma gestão macroeconômica consistente. O que é contínuo é melhor para fins de gerenciamento de orçamento", afirmou.

Como mostrou a Folha, a visão de integrantes do governo é que a necessidade de bloqueio de recursos vai estar presente de qualquer forma porque, caso o resultado fique desequilibrado, a penalidade virá em forma de menor expansão de despesas no ano seguinte.

Além disso, a previsão de dados desequilibrados poderia causar um dano à reputação do governo –o que forçaria o Executivo a tomar as medidas de ajuste necessárias.

O ministro também voltou a defender nesta segunda que a "caixa-preta das renúncias fiscais" precisa acabar e mais uma vez prometeu agir para coibir práticas abusivas em benefícios tributários.

"Por que quando você abre mão de R$ 10 bilhões de arrecadação ninguém fica sabendo? Fica tudo escondido na caixa-preta das renúncias fiscais. Isso precisa acabar", afirmou.

De acordo com Haddad, são mais de R$ 100 bilhões perdidos em "ralos que se abriram para drenar o recurso público". "Dá quase R$ 600 bilhões que a União perde em nome de meia dúzia que fazem lobby no Congresso e no Judiciário, ilegítimos."

Para o ministro da Fazenda, o julgamento no STJ (Superior Tribunal de Justiça) envolvendo a discussão sobre a exclusão ou não de benefícios fiscais ligados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) será um "teste importante".

Segundo ele, a expectativa é que o tema seja levado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Nesta segunda, o titular da pasta econômica se reuniu com o ministro do STJ, Benedito Gonçalves, para tratar do caso.

"Qual país do mundo que subvenciona custeio? Não conheço nenhum exemplo de subvenção a custeio", disse.

Haddad reiterou que esse "jabuti" tributário criou um "ralo" de quase R$ 90 bilhões, "prejudicando pequenos municípios pelo FPM [Fundo de Participação dos Municípios], prejudicando os estados mais pobres pelo FPE [Fundo de Participação dos Estados], prejudicando os mais pobres com restrição orçamentária. São anomalias que precisam ser corrigidas."

O ministro afirmou ainda estar mais preocupado com o impacto fiscal da decisão em 2024. "A partir do ano que vem voltamos a ter um regime fiscal mais rígido do que esse 'carnaval' que foi feito desde o ano passado. Mas isso tem impacto muito grande nas finanças públicas, que estão sendo corroídas por uma série de dispositivos anômalos, completamente ilegítimos, que estão corroendo a base fiscal do estado."

ANAC

Concessionárias de aeroportos querem renegociar R$ 5 bi

As concessionárias que administram seis dos aeroportos mais movimentados do país querem porque querem renegociar cerca de R$ 5 bilhões em outorgas vincendas com descontos de até 10%, pagando o restante com precatórios.

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) já disse não, mas, segundo técnicos, ao menos três delas —Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Confins (MG)— ainda insistem.

Precatórios são títulos de dívidas da União com sentenças definitivas da Justiça que são pagos pelo Tesouro, respeitando uma fila.

No mercado, é comum uma empresa comprar ou vender esses papéis com descontos, que podem chegar a 30%.

Essas negociações ganharam força porque, no fim de 2021, uma emenda constitucional sancionada pelo Congresso permitiu o uso desses títulos em pagamento de compromissos de concessões (como a outorga), na compra de imóveis públicos em leilão, e na quitação de dívidas tributárias com a União.

Para as companhias, esse é um bom negócio porque, com os descontos na compra e venda dos precatórios, elas acabam desembolsando menos dinheiro na hora de quitar débitos com o governo.

Técnicos da Anac afirmam que as empresas que venceram as três primeiras rodadas de concessão estão avaliando a renegociação com desconto: Inframérica, que administra os aeroportos de Brasília (DF) e Natal (RN); RIOGaleão (Galeão, RJ); GRU Airport (Guarulhos, SP); e BH Airport (Confins, MG).

Ainda segundo eles, Guarulhos, Galeão e Confins seguem firmes na tentativa de obterem descontos de até 10% nos valores, caso antecipem pagamentos futuros –desde que possam pagar a diferença com precatórios.

Na prática, com todos os descontos envolvidos nessa operação (da renegociação e dos títulos adquiridos no mercado), o valor devido pelas empresas poderia cair de R$ 5 bilhões para R$ 3,1 bilhões.

Pelos cálculos do governo, isso daria uma folga de até R$ 300 milhões no caixa dessas empresas, melhorando a situação financeira, que já vem apertada desde o início da concessão.

Na pandemia, elas obtiveram outros benefícios: postergação do pagamento de parcelas da outorga, além do reequilíbrio financeiro decorrente da frustração de demanda devido ao isolamento social.

A Anac considera que o pedido atual fere o interesse público. As concessionárias dizem que estão protegidas pela Constituição, que não estabeleceu limites para o recebimento de precatórios.

SÃO PAULO

Chinesa GWM anuncia hoje produção de veículos de carga

Para entrar no jogo das rivais Toyota e Brascel, a montadora chinesa GWM anuncia, hoje a produção de veículos de carga movidos a hidrogênio.

O evento ocorre na presença do governador Tarcísio de Freitas, que tenta atrair investimentos para o estado.

Não serão investidos recursos públicos na linha de produção da montadora chinesa, mas, a partir de agora, ela desfrutará de restituições de ICMS nos veículos que forem exportados a partir de São Paulo.

A Toyota, por exemplo, já possui mais de R$ 1 bilhão em créditos de ICMS.

A ideia é estabelecer um programa em que o governo crie um calendário de repasses do imposto conforme a produção da montadora avance.

O caso é diferente de montadoras como a Toyota que, na semana passada, anunciou investimentos na casa de R$ 1,7 bilhão em um novo automóvel compacto híbrido flex.

Deste montante, cerca de R$ 1 bilhão será proveniente do programa ProVeículo Verde, iniciativa do governo que redistribui o crédito acumulado das empresas para investimentos na produção de modelos menos poluentes.

Além dos veículos de carga que serão anunciados nesta terça, a GWM também prepara a montagem de automóveis híbridos na planta de Iracemápolis (SP), antiga fábrica da Mercedes-Benz.

O anúncio dessa categoria de veículos será feito na quinta-feira (27) em evento com a participação do ministro da Indústria, Geraldo Alckmin.

Ao todo, a GWM deve investir mais de R$ 10 bilhões na fábrica do interior paulista.

BC/FOCUS

Mercado aumenta projeção para crescimento da economia em 2023

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu de 0,9% para 0,96%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 1,41%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,7% e 1,8%, respectivamente.

A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, também subiu, de 6,01% para 6,04% neste ano. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 4,18%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 4%, para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 83%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em março, a inflação desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de fevereiro, de 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 28º 16º 5% 06:22 17:44 **OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

REDES SOCIAIS

Câmara pode votar urgência do PL das fake news amanhã

PRISCILLA MAZENOTTI/ABRASIL

A Câmara dos Deputados pode votar amanhã a urgência e o mérito do projeto que trata do combate às fake news e regulamenta as redes sociais. O texto, que tramita desde 2020, está em negociação com o relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Ele trata, por exemplo, de responsabilização, transparência, monetização e impulsionamento de conteúdo. Na prática, a proposta fala em moderação: pretende ampliar a lista de conteúdo que deve ser retirada do ar antes de uma determinação judicial, segundo o coordenador do Grupo de Trabalho sobre Regulação de Plataformas do Comitê Gestor da Internet, Henrique Faulhaber.

"Quando se fala em regulação de plataformas, agora, é para criar uma lista maior de temas que o provedor deve, com o chamado dever de cuidado, fazer intervenções, moderando conteúdo, mesmo antes da ordem judicial. O que teria que ser incluído seria incitação ao ódio, terrorismo e ataques à democracia".

O projeto estabelece o que é uma conta identificada ou uma inautêntica (aquela que simula a identidade de outra pessoa para enganar o público), rede de distribuição artificial ou uma conta automatizada (gerida por programa de computador, robôs) e também define a respeito de encaminhamento em massa de mensagens (enviadas por mais de cinco usuários no intervalo de até 15 dias para múltiplos destinatários).

O texto trata ainda das responsabilidades dos provedores. O coordenador Henrique Faulhaber ressalta que a proposta não pretende censurar as redes sociais. "Em um assunto que envolve opinião, você não pode deixar à critério das empresas de tirarem do ar aquilo que elas acham que podem dar multa, e, com isso, criar censura".

A proposta prevê, ainda, a criação de um Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet, composto por 21 conselheiros - entre eles, representantes do Legislativo, do Conselho Nacional de Justiça, do Comitê Gestor da Internet no Brasil e da sociedade civil.

Mesmo com a possibilidade da votação da urgência e do mérito nesta semana, o texto não é unanimidade na Câmara. Parlamentares de partidos como PSOL, PDT e União Brasil apresentaram requerimentos para a criação de uma comissão especial, com isso, o texto seria debatido por mais tempo pelos deputados federais.

CAMPOS ELÍSEOS

Promotoria pede que SP garanta refeições para vulneráveis

A 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de São Paulo determinou que o governo do estado garanta, no mínimo, a oferta de 4.600 refeições diárias na região de Campos Elíseos, no centro da capital.

A solicitação ocorre após o fechamento, no final de março, do Bom Prato de Campos Elíseos, que servia essa quantidade de refeições diariamente --entre café da manhã, almoço e jantar. Com o fechamento da unidade, o governo ampliou a oferta de refeições em outras unidades do Bom Prato e instalou postos móveis do programa no centro, mas a medida tem garantido a distribuição de apenas 2.900 refeições por dia na região.

Em ofício enviado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, a Promotoria pede que sejam oferecidas no mínimo 4.600 refeições diárias, em locais que estejam a no máximo um quilômetro de distância do antigo endereço do Bom Prato Campos Elíseos (rua General Júlio Marcondes Salgado, 56).

Procurada, a pasta afirmou que recebeu o ofício da Promotoria e que se manifestará no prazo previsto (dez dias).

Para a promotora Anna Trotta Yaryd, a falta de planejamento que resultou no encerramento das atividades do restaurante indicam retrocessos na política pública de segurança alimentar.

O fechamento do Bom Prato Campos Elíseos ocorreu no último dia 27 de março por falta de condições de uso do imóvel devido a infiltrações, vazamentos e outros problemas estruturais, de acordo com o governo do estado. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que pretende construir uma nova unidade nas proximidades da que foi fechada, em 12 meses.

Quanto às 2.900 refeições oferecidas atualmente na região, o governo explica que a distribuição tem sido feita da seguinte maneira:

1.300 refeições extras no Bom Prato da rua Mauá (duas unidades móveis reforçam o serviço); 600 refeições em duas unidades móveis na praça da República; 400 refeições extras no Bom Prato da rua 25 de Março; 600 refeições extras no Bom Prato do Brás.

De acordo com a Promotoria, o governo já sinalizou antes que, até o final de abril, a ideia é que a unidade da rua Mauá passe a servir mais 300 refeições. Além disso, o plano contempla a instalação de novas unidades móveis pela região, para servir mais 900 refeições (totalizando 1.200 pratos extras).

A promotora Yaryd destaca que, ainda que o planejamento do governo seja cumprido, seriam servidas 4.100 refeições até o final deste mês, ou seja, menos que os 4.600 pratos oferecidos no Bom Prato que foi fechado.

"Essas medidas não apenas indicam a ineficiência do governo do estado, diante da falta de planejamento adequado para o fechamento da referida unidade, como evidenciam o claro retrocesso da política pública de segurança alimentar e nutricional", afirma a promotora.

BLOQUEIO DA PRF

Golpista Anderson Torres agora está 'dodói' e PF adia depoimento

A Polícia Federal cancelou o depoimento de Anderson Torres que estava marcado para esta segunda-feira após os advogados do ex-ministro do governo Jair Bolsonaro (PL) alegarem "drástica piora" do estado de saúde do investigado.

Segundo a defesa de Torres, ele teve um "agravamento do quadro de saúde psíquico" depois de o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), negar um pedido de soltura do ex-ministro, preso desde janeiro.

"Após ter ciência do indeferimento do pedido de revogação de sua prisão preventiva, o estado emocional e cognitivo do requerente, que já era periclitante, sofreu uma drástica piora", alega a defesa.

O advogado Eumar Novacki, no pedido à PF, destaca que Anderson Torres recebeu um atestado de uma psiquiatra da Secretaria de Saúde do Distrito Federal que dizia sobre a impossibilidade de o ex-ministro "comparece a qualquer audiência no momento por questões médicas (ajuste medicamentoso) durante 1 semana".

"A despeito disso, a defesa informa que o requerente, tão logo esteja recuperado, pretende cooperar para o esclarecimento dos fatos em apuração, motivo pelo qual pugna pela redesignação de sua oitiva", conclui.

Anderson Torres havia sido convocado para prestar depoimento ontem sobre a suposta utilização da PRF (Polícia Rodoviária Federal) em bloqueios no segundo turno da eleição presidencial, em outubro de 2022, para dificultar a chegada de eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para os locais de votação.

A PF investiga uma viagem do então ministro à Bahia na época. Na ocasião, segundo as suspeitas, Torres teria pedido à PF que atuasse com a PRF nas rodovias para realizar blitz em locais em que Lula havia recebido mais votos que Bolsonaro no primeiro turno.

CÂMARA

Comissão vota convite para Tacla Duran detalhar acusação contra Moro

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados vota hoje convite para que o advogado Rodrigo Tacla Duran detalhe as acusações que tem feito a respeito do senador Sergio Moro (União-PR).

O requerimento foi feito pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG). Tacla Duran vem dizendo que foi vítima de extorsão de Moro no âmbito da Operação Lava Jato.

O atual senador e ex-juiz afirma que as acusações são falsas e que o advogado confessou lavar dinheiro para a Odebrecht.

Para o criminalista Sérgio Rosenthal, especialista em crimes financeiros, as acusações de Tacla Duran devem ser investigadas com seriedade e isenção. "Não se olvidando que Dallagnol e Moro têm o direito e o dever de se defender, agora que são representantes do povo".

ESCOLAS DE SAMBA

Anistia de multas é inconstitucional

O subprocurador-geral de Justiça Jurídica do Ministério Público de São Paulo, Wallace Paiva Martins Junior, escreveu parecer em que diz que é inconstitucional o artigo da lei municipal 17.719/2021 que estabeleceu anistia às escolas de samba da cidade do pagamento de multas e indenizações por uso do solo de áreas públicas.

Segundo o parecer, também são ilegais os artigos que abriram a possibilidade de que a Prefeitura de São Paulo faça acordos com igrejas para o pagamento de dívidas (mediante concessões mútuas) e que autorizaram a gestão municipal a pagar aluguel de imóveis de propriedade de organizações da sociedade civil (OSs).

O projeto foi enviado pela gestão Ricardo Nunes (MDB) e aprovado em novembro de 2021 na Câmara Municipal de São Paulo.

A manifestação do Ministério Público foi feita em resposta a ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo vereador Celso Giannazi (PSOL-SP).

Em seu parecer, Martins Junior escreve que, como as medidas que beneficiam escolas de samba e igreja implicam renúncia de receita do município, elas deveriam ter sido acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro antes de serem aprovadas no Legislativo, o que não ocorreu.

APÓS VIAGEM

Lula deve encontrar militar cotado para GSI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve receber o general Marco Antônio Amaro dos Santos para uma segunda conversa, nesta semana, sobre o futuro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

Na última quinta-feira, antes de embarcar para a Europa, o petista o recebeu no Palácio do Planalto para uma conversa de cerca de dez minutos. Estiveram no encontro o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o chefe de gabinete, Marco Aurélio Santana Ribeiro. Não houve compromisso de indicação, tampouco discutiram desenho do GSI, que passa por uma disputa entre civis e militares. Como o Painel mostrou, Lula vai definir isso quando voltar de viagem, amanhã.

O encontro com Amaro ocorreu no mesmo dia em que o general Gonçalves Dias, homem da confiança de Lula e mais conhecido como G.Dias, pediu demissão do GSI, após a divulgação de imagens, até então desconhecidas pelo presidente, da invasão golpista em 8 de janeiro.

CONGRESSO

Governo Lula quer acelerar liberação de verba extra

Cobrado por parlamentares e pressionado pela falta de uma base sólida, o governo Lula (PT) busca acelerar o repasse de verbas adicionais a cada deputado como uma forma de melhorar o clima no Congresso e aprovar medidas de interesse do Palácio do Planalto.

A negociação em torno da liberação desse tipo de verba ocorre sobretudo na Câmara e se dá agora também sob a provável criação de uma CPI para investigar os ataques golpistas de 8 de janeiro —o governo busca ter a maioria de deputados e senadores na comissão, além de indicar presidente e relator.

Líderes ouvidos pela reportagem de três partidos ligados ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), relatam que os valores negociados variam conforme o tempo de casa do deputado, em uma faixa que vai de R$ 3,5 milhões a R$ 7 milhões para congressistas.

Isso corresponderia, segundo líderes, a pelo menos metade do montante que os deputados poderão indicar neste ano nesse tipo de rubrica, denominada RP2, do orçamento de ministérios.

Esses valores se somariam ao dinheiro de emendas individuais, de bancada e de comissões a que os parlamentares têm direito. Os deputados indicariam os recursos a serem aplicados em projetos de seus interesses.

As verbas de agora se inserem em um acordo feito no Congresso no ano passado segundo o qual parlamentares novos e antigos teriam acesso a determinado montante para indicar a ações ministeriais em suas bases.

No final do ano passado, após a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de banir as emendas de relator, que tinham a rubrica RP9, sob argumento de que eram inconstitucionais, Congresso e governo Lula costuraram um acordo segundo o qual parte dos recursos viraria emendas individuais e R$ 9,8 bilhões iriam para ministérios para atender a pedidos de parlamentares.

Segundo deputados, o ministro Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional) procurou parlamentares nas últimas semanas para falar sobre a liberação das emendas. Nas conversas que manteve com parte da bancada da União Brasil, teria prometido agilidade e indicado que esta era uma forma de fidelizar os deputados do partido.

A equipe do ministro afirmou que Waldez esteve com integrantes de comissões específicas da Câmara e do Senado e disse aos parlamentares que havia três áreas prioritárias dos ministérios para o direcionamento de verba: defesa civil, segurança hídrica e desenvolvimento regional. Não houve resposta, porém, sobre a negociação para fidelizar a União Brasil.

Integrantes do governo que participam das conversas com o Congresso negam que estejam negociando valores específicos de cada parlamentar e dizem que não estão atrelando isso à formação da base.

Admitem, contudo, ter pedido a ministérios com mais verbas (como Integração Nacional e Saúde) para acelerarem o cadastro dos programas para que parlamentares e prefeitos registrem projetos.

Articuladores políticos do governo afirmam que há uma orientação clara aos ministros para que recebam os parlamentares e ouçam propostas.

CRACOLÂNDIA

Bares que receberam 'roubos' serão lacrados

Dois bares flagrados com produtos roubados de uma loja de eletrônicos no domingo passado na região da cracolândia serão lacrados, segundo o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

"Não vamos aceitar de forma nenhuma, comércio, comerciantes participando para guardar produto de furto. Hoje estarão lacrados", disse ele em entrevista coletiva na manhã de ontem.

De acordo com a secretaria de Segurança Pública, 33 CPUs, 13 monitores e dois teclados foram encontrados abandonados pelas ruas da Santa Ifigênia, próximo ao local onde está atualmente a concentração de usuários de drogas. A loja alvo do ataque também fica no bairro.

Parte dos produtos roubados foi encontrada por agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) em dois bares vizinhos.

Um vídeo gravado pelo dono do estabelecimento mostra o momento em que um GCM retirou uma CPU roubada de dentro de um bueiro na rua Vitória. Dois homens, de 28 e 36 anos, foram presos em flagrante, segundo a polícia.

O lojista, Marcelo Granja, 49, conta que a porta de ferro da loja foi arrombada por volta das 7h e "entre sete e dez pessoas entraram na loja e levaram tudo que viam pela frente". Ele calcula prejuízo de R$ 100 mil.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 31º 19º 5% 06:08 17:32

RIOTUR

Feriados de abril elevam arrecadação do ISS Turismo em R$ 16,6 mi

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) de turismo pode fechar o mês de abril com arrecadação de R$ 16,6 milhões no município do Rio de Janeiro. A estimativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação e da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur) é baseada no número de feriados do mês: a Sexta-Feira da Paixão (7) e o Dia de Tiradentes (21), que são nacionais, e o Dia de São Jorge (23), feriado estadual.

Pelos cálculos da secretaria e da Riotur, o total estimado é 15% superior à arrecadação obtida em 2019, último ano antes da pandemia de Covid-19. O estudo especial Economia do Turismo no Rio, desenvolvido pela secretaria, indica que o mês é importante para a economia do município e representa 8,9% de toda a arrecadação do ISS Turismo ao longo do ano.

"A vinda de turistas para o Rio tem um impacto incrível na economia. Falamos aqui de quase R$ 17 milhões só em abril com arrecadação de ISS. Isso representa quase 10% da arrecadação do ano de ISS dos turistas. O Rio de Janeiro já tem uma geografia que ajuda muito essa atração, e a Riotur tem feito um papel de potencializar e de ajudar a divulgar as coisas que acontecem no Rio de Janeiro", disse o presidente da empresa, Ronnie Costa, à *Agência Brasil*.

Os dados indicam que, em abril de 2019, o Rio arrecadou R$ 14,4 milhões com impostos ligados ao turismo. O valor caiu nos dois anos seguintes, quando a economia sofreu os impactos da pandemia, principalmente no setor de turismo. Em 2020, a arrecadação atingiu R$ 7,2 milhões e, em 2021, ficou em R$ 5,5 milhões, volumes bem mais baixos que o estimado para este ano.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, Chicão Bulhões, além dos turistas estrangeiros e nacionais, os próprios moradores da cidade ajudam a movimentar a economia nos feriados, que são períodos importantes para o Rio, que recebe milhares de turistas brasileiros e estrangeiros. Além disso, os feriados oferecem ao carioca oportunidade de circular um pouco mais pela cidade, diz nota da secretaria. "Tudo isso ajuda a movimentar a economia da nossa cidade, que tem forte vocação no turismo", acrescenta o texto.

No ano passado, a situação foi diferente. Com a incidência da covid-19 mais controlada, houve carnaval fora de época, com a transferência dos desfiles das escolas de samba para abril. Dados coletados na Passarela do Samba, para a publicação *Carnaval de Dados*, elaborada pela secretaria, em parceria com a Fundação João Goulart e a Riotur, mostraram que o perfil do público dos desfiles era composto na maioria por brasileiros. Entre eles, 68,8% de moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro, 25,4% de turistas nacionais e 5,8% de turistas estrangeiros.

ANO INTEIRO

Para Ronnie Costa, os feriados são fundamentais para manter a cadeia do turismo ativa. Por isso, a Riotur tem trabalhado ativamente na divulgação da cidade com foco nesses períodos, apresentando a programação, as ofertas e buscando atrair os turistas que estão nas cidades e estados próximos. Segundo Costa, os visitantes mais assíduos são do interior de São Paulo. "Passados o *réveillon* e o carnaval, o Rio de Janeiro continua pujante, graças a Deus. Primeiro ano de retomada pós-pandemia, e a Riotur está muito feliz em poder contribuir para que as pessoas continuem vindo, frequentando e visitando o Rio de Janeiro", afirmou Ronnie Costa.

Nota

GOVERNADOR CLÁUDIO CASTRO DEFENDE QUE ESTADOS TOQUEM OBRAS DO PAC

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), defende que os investimentos do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que o governo federal deve lançar em maio, tenham sua execução viabilizada pelos estados, e não pela União. "É muito melhor deixar os estados operacionalizarem as obras deste novo PAC, porque têm capacidade administrativa muito maior do que a União", afirmou Castro. Segundo ele, o modelo deveria ser o de a União financiar os investimentos, e os estados implementarem os projetos. "Já vimos no passado como o governo federal tem uma série de amarras que dificultam colocar os projetos de pé", afirmou. Assim como os outros governadores, ele apresentou uma lista de projetos para o governo federal, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas áreas de transporte, energia e infraestrutura. Os gestores estaduais deverão ser chamados para mais uma reunião com Lula antes do anúncio do plano.

CONCESSÃO DE LICENÇA

BR LOG 3091 Empreendimentos e Logística Ltda, CNPJ nº 21.233.698/0001-65, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/12470 a Licença Ambiental Municipal de Instalação – LMI nº 2023/00062, para Modificação com acréscimo de área em edificação destinada a galpão de armazenagem de produtos não inflamáveis e não explosivos – ATC = 122.016,15m², localizado na Estrada dos Bandeirantes nº 3.901, Taquara/RJ.

GUERRA 2.0

Austrália reage à China com escalada militar recorde

A Guerra Fria 2.0 entre Estados Unidos e China segue alterando o cenário geopolítico em todo o mundo. Depois de firmar um polêmico pacto militar com Washington e Londres, a Austrália anunciou ontem a maior reforma de seu setor de defesa desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O governo local publicou a Revisão Estratégica de Defesa, que pretende nortear a próxima década das Forças Armadas da Austrália. O alvo primário, assim como no recente abandono da postura pacifista do Japão, a cada vez mais assertiva China.

Segundo o documento, Pequim opera o maior aumento de musculatura militar do século 21, "sem transparência ou salvaguardas para a região do Indo-Pacífico", o palco estratégico de Pequim por concentrar as vitais rotas marítimas que garantem sua posição de segunda maior economia do mundo, além de maior exportadora.

O texto promete gastar o equivalente a R$ 65 bilhões nos próximos quatro anos com novas iniciativas, redirecionando ao menos R$ 27 bilhões de programas de defesa territorial que soam obsoletos. "A ameaça militar à Austrália não requer uma invasão na era dos mísseis", diz.

"É o mais importante trabalho que fizemos desde o fim da Segunda Guerra", afirmou o primeiro-ministro Anthony Albanese. Ele inclui a reforma de bases navais, principalmente no norte do país, que encaram os mares contestados pela China.

O texto foca, com efeito, no desenvolvimento de mísseis de longo alcance e novas capacidades marítimas, com navios menores e mais ágeis, além do já anunciado acordo para comprar de três a cinco submarinos de propulsão nuclear americanos da classe Virginia, além de receber na próxima década um novo modelo a ser desenhado pelos britânicos em conjunto com os parceiros.

O negócio submarino é o coração do Aukus, o pacto militar anunciado em 2021 e ratificado neste ano entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, de cujas iniciais em inglês surgiu o acrônimo. Ele foi duramente criticado pela China e pela Rússia, parceiras na Guerra Fria 2.0, e também desagradou aos franceses, que tinham engatilhado um contrato multibilionário para fornecer esse tipo de arma para Camberra.

Os russos estão envolvidos primariamente na Guerra da Ucrânia, mas têm uma crescente cooperação militar no Pacífico com a China.

A Revisão Estratégica reconhece que os EUA são parceiros prioritários, até porque "não são mais a potência unipolar no Indo-Pacífico". "Temos de evitar o maior nível de risco estratégico que nós enfrentamos como nação agora: a perspectiva de um grande conflito na região", afirma o texto.

"Obviamente vamos fazer isso muito próximos dos EUA. Estamos trabalhando de forma a haver uma intercambialidade dos mísseis de nossas duas forças", afirmou Albanese.

Hoje os australianos operam uma frota aérea muito capaz de aparelhos americanos, com 24 F/A-18 Super Hornet e 56 F-35A, esses caças de quinta geração. Têm seis submarinos convencionais e 11 navios principais de superfície. Ao todo, o país tem 60 mil militares, 1 a cada 430 habitantes (o Brasil tem 1 a cada 600, em comparação).

Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, as Forças Armadas da ilha-continente são "muito capazes e bem treinadas", com experiência em missões multinacionais. O país tem o 12º maior orçamento militar do mundo, segundo a entidade, tendo gasto US$ 33,8 bilhões (R$ 170,4 bilhões hoje) em 2022 --o Brasil tem o 15º.

O plano fala em aumento da despesa militar, mas só daqui a quatro anos. Antes, remanejamentos serão a prioridade. A China é o colosso regional, responsável por 47% dos gastos militares da região, o segundo maior dispêndio do mundo (US$ 242 bilhões, ou R$ 1,22 trilhão) no ano passado.

Ainda assim, os campeões EUA gastaram três vezes mais, e a aliada australiana Londres, respeitáveis US$ 70 bilhões (R$ 350 bilhões) cada vez mais expostos em missões pelo mundo, o quarto lugar de um ranking que ainda tem a Rússia em terceiro.

Os australianos também integram o pacto político e cada vez mais militar Quad, com os mesmos EUA, Japão e Índia, formando uma cadeia em torno das pretensões chineses em regiões como o mar do Sul da China e o estreito de Taiwan.

A QUÍMICA SANTA MARINA S/A
CNPJ 33.515.412/0001-13 - NIRE 33.3.000.4523-6

Convocação: São convocados os Srs. acionistas a se reunirem em AGO/E, a se realizarem no dia 28/04/23, na Sede da Empresa, localizada na R. Barão de Itaipu 91, Andaraí – RJ, às 15 h, para deliberarem sobre as seguintes matérias: 1. Tomada de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/22; 2. Eleição da Diretoria. 3.Outros assuntos de interesse da Sociedade. Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede da Cia., os documentos de que trata o Art. 133 da Lei 6.404/76. RJ, 17/04/23. Yolanda de Alencar Francesconi - Diretora-Presidente.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/ME nº 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) séries, da Espécie Quirografária, da MRS Logística S.A. Nos termos do Art. 124, §1º, inciso II, do Art. 71, §2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10 da "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A." celebrada em 30 de dezembro de 2014, entre a MRS Logística S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") nº 01.417.222/0001-77 ("Emissora") e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, inscrita no CNPJ/ME nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), conforme aditada ("Escritura de Emissão"), ficam os Debenturistas da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries, da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, Para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), e o Agente Fiduciário convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, **em segunda convocação, no dia 12 de maio de 2023, às 15:00hs**, a ser realizada de **forma exclusivamente remota e digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), observado o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), cujo link de acesso será encaminhado aos Debenturistas Credenciados (conforme abaixo definido), nos termos deste edital de convocação e da proposta da diretoria ("Edital de Convocação" e "Proposta da Diretoria", respectivamente), a fim de apreciarem e deliberarem acerca das seguintes propostas da Emissora: **I.** Aprovar, conforme o quórum da cláusula 10.10 da Escritura de Emissão (2/3 das Debêntures em Circulação), a renúncia para que, até a data de vencimento da Emissão: (1) a Emissora não cumpra o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas ("Índice de Cobertura de Juros"), que deverá ser maior que 4,0 (quatro inteiros) ou menor que 0 (zero), no caso das Receitas Financeiras superarem as Despesas Financeiras, relativo a cada trimestre do ano civil conforme item (xi), subitem (b) da Cláusula 7.2 da Escritura de Emissão; e, consequentemente, (2) não haja declaração de vencimento antecipado das obrigações no âmbito da Emissão caso o Índice de Cobertura de Juros seja inferior a 4,0 (quatro inteiros) em qualquer trimestre do ano civil ("1" e "2", em conjunto, "Renúncia"); observados, para os itens "1" e "2", os seguintes requisitos: **(i)** A aprovação da Renúncia, na Assembleia Geral de Debenturistas, implicará o pagamento, pela Emissora, de prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento), flat sobre saldo devedor atualizado das Debêntures, calculado no dia útil anterior a data do pagamento, a ser pago em 10 (dez) dias úteis após a efetiva aprovação da Renúncia ("Waiver Fee Inicial"), a todos os Debenturistas (independentemente do comparecimento ou não na Assembleia Geral de Debenturistas e do voto proferido); **(ii)** A eficácia da Renúncia estará condicionada à verificação, pelo Agente Fiduciário, de que o Índice de Cobertura de Juros não seja inferior a 2,0 (dois inteiros) ("Quociente Mínimo"), em apuração a ser realizada, a partir das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 até a Data de Vencimento: **(a)** trimestralmente, para fins de monitoramento preliminar ("Monitoramento Preliminar"), observado o item "iv", abaixo; e (b) anualmente, para fins de verificação definitiva (a apuração referida neste item "b", "Apuração Definitiva Objeto de Waiver"); **(iii)** O cumprimento final da condição indicada na alínea "ii" será averiguado, em cada Apuração Definitiva Objeto de Waiver, pelo Agente Fiduciário, observado que: **(a)** em cada Apuração Definitiva Objeto de Waiver em que o Índice de Cobertura de Juros seja igual ou superior a 2,0 (dois inteiros), porém inferior a 4,0 (quatro inteiros), a Emissora pagará aos Debenturistas, em até 10 (dez) dias úteis após a respectiva data de Apuração Definitiva Objeto de Waiver, de prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures calculado no dia no dia útil anterior a data do pagamento («Waiver Fee Contingente»); **(b)** em cada Apuração Definitiva Objeto de Waiver em que o Índice de Cobertura de Juros seja igual a 4,0 (quatro inteiros) ou maior, não será devido, pela Emissora, o Waiver Fee Contingente; e **(c)** em cada Apuração Definitiva Objeto de Waiver em que o Índice de Cobertura de Juros seja inferior ao Quociente Mínimo: (1) considerar-se-á ocorrido um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, com observância do procedimento descrito na Cláusula 7.4 da Escritura de Emissão; e (2) não será devido o Waiver Fee Contingente; **(iv)** Caso haja eventual descumprimento do Índice de Cobertura de Juros em qualquer dos limites acima mencionado, no Monitoramento Preliminar, fica certo que não haverá vencimento antecipado das Debêntures, seu inadimplemento ou pagamento de prêmio; e **(v)** A presente decisão é irrevogável e irretratável, a partir da data: (i) da Assembleia Geral de Debenturistas, com o respectivo pagamento do Waiver Fee Inicial, de forma que qualquer alteração ao seu conteúdo dependerá de anuência prévia, por escrito, da Emissora; e (ii) da aprovação da Proposta da Diretoria (abaixo definida), pelo Conselho de Administração da Emissora, que poderá ser obtida a qualquer momento até a data (inclusive) de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira ou segunda convocação. **II.** Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Emissora, bem como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), e da Emissora (https://ri.mrs.com.br/), para exame pelos Senhores Debenturistas. Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora (por meio de seu site de relacionamento com investidores). Fica facultado aos Debenturistas o proferimento do voto durante a realização da Assembleia Geral de Debenturistas ou através do envio da instrução de voto sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento por cada Debenturista pode ser encontrado na Proposta da Diretoria referente à Assembleia Geral de Debenturistas ("Proposta da Diretoria") disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), e da Emissora (https://ri.mrs.com.br/), acompanhado das instruções de preenchimento e as formalidades necessárias para sua validade. Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação e na Proposta da Diretoria, para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, os Debenturistas deverão enviar, aos endereços eletrônicos agd@mrs.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ou, ainda, até o horário previsto para realização da mesma, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física, documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando pessoa jurídica, cópia da versão vigente de atos societários, devidamente registrados na Junta Comercial competente, documentos que comprovem a representação do Debenturista e documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iii)** quando fundo de investimento, versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(iv)** quando for representado por procurador, além dos documentos indicados nos itens "(i)", "(ii)" e "(iii)" acima, conforme o caso, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. O instrumento de representação referido no item "(iv)" acima deve ser enviado (a) se assinado digitalmente, em formato eletrônico; ou (b) se assinado fisicamente, cópia simples em formato .pdf, acompanhada de cópia do documento de identidade do outorgante. A Emissora dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para os escritórios da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos.O link para a participação da videoconferência será enviado apenas aos Debenturistas que enviarem, prévia e diretamente ao Agente Fiduciário e à Emissora, os documentos de representação acima indicados ("Debenturistas Credenciados"). Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia Geral de Debenturistas através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 75, §1º, da RCVM 81. Maiores esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia Geral de Debenturistas serão disponibilizados na Proposta da Diretoria. Os termos em letras maiúsculas, que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão. MRS LOGÍSTICA S.A.

MONFORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 11.878.991/0001-26
Avenida das Américas, 7.899, Bloco 2, Sala 412, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.793-081

Demonstrações Financeiras - Período de 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanço Patrimonial

Ativo	2022	Passivo	2022
Circulante	**70.513.273,91**	**Circulante**	**160.995,84**
Disponível	**6.733.570,87**	**Obrigações Tributárias**	154.939,77
Caixa	6.060.242,66	**Obrigações Trabalhistas**	6.056,07
Banco Conta Movimento	637.153,43	**Passivo Não Circulante**	**9,712.677,76**
Aplicações de Curto Prazo	36.174,78	**Patrimônio Líquido**	**64.195.008,78**
Outros créditos	**3.140.015,32**	Capital Social	3.000.000,00
Aplicações Financeiras	**60.639.687,72**	Lucros ou Prejuízos Acumulados	61.195.008,78
Não Circulante	**3.555.408,47**		
Edificações	3.411.053,47		
Veículos	144.355,00		
Total do Ativo	**74.068.682,38**	**Total do Passivo**	**74.068.682,38**

Demonstração do Resultado do Exercício	2022
Receitas Operacionais	**7.587.920,73**
Receitas de Prestação de Serviço	5.363.313,32
Receitas Financeiras	2.224.607,41
(-) Deduções de Receitas	**(195.757,32)**
Impostos Incidentes	195.757,32
Receita Operacional Líquida	**7.392.163,41**
Lucro Operacional Bruto	**7.392.163,41**
Despesas Operacionais	**(75.360,55)**
Lucro Operacional Líquido	7.316.802,86
Provisão para IR e CSL	(1.315.672,00)
= Lucro do Exercício	**6.001.130,86**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1) CONTEXTO OPERACIONAL: A Monforte Empreendimentos Imobiliários e Participações S/A é uma sociedade anônima, com sede e foro na cidade do Rio Janeiro/RJ, tendo como objeto social gestão e administração da propriedade imobiliária, com início de atividades em 30/04/2010. 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1) Aplicações Financeiras: Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço; 3.2) Direitos e obrigações: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência; 3.3) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. 3.4) Ajuste de avaliação patrimonial: A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial. 3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas: A empresa não participa do capital social de outras sociedades. 3.6) Impostos Federais: A empresa está no regime do lucro presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. 4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: A empresa não possui conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto à instituições financeiras nacionais. 5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS: Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza. 6) CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R$ 3.000.000,00, representado por 30.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 100,00 cada uma, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição: Henrique Gomes Alves – 50%; Maria de Lourdes Pereira Alves – 50%. 7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edificação) mantida pelo proprietário para auferir aluguel ou para valorização do imóvel. Os imóveis contabilizados como propriedade para investimento importam em R$ 3.411.053,47. 8) EVENTOS SUBSEQUENTES: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Rio de Janeiro, 31/12/2022.

Diretoria
PRESIDENTE: Henrique Gomes Alves - CPF: 024.903.907-91
CONTADOR: Marcia Valéria Quintanilha Guedes - CT CRC: RJ082777/O-4

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Sócio-Administrador - "Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."
Contador - "Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."